

A Antropologia Brasileira: breves indagações sobre a história de um campo em expansão

Waleska de Araujo Aureliano

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Dirección electrónica: waureliano26@yahoo.com.br

Araujo Aureliano de, Waleska (2010). "A Antropologia Brasileira: breves indagações sobre a história de um campo em expansão". En: *Boletín de Antropología* Universidad de Antioquia, Vol. 24 N.º 41 pp. 432-452.

Texto recibido: 18/04/2010; aprobación final: 20/08/2010.

Resumen. Este texto presenta algunas reflexiones sobre la formación de la antropología en Brasil y de la panorámica actual de la disciplina en el país. También analiza la relación de la antropología brasileña con las demás antropologías periféricas, especialmente la latinoamericana, pues no obstante la proximidad geográfica, política y lingüística, la presencia de las antropologías latinoamericanas es aún muy reducida en la formación del antropólogo brasileño. Así, este artículo hace algunos cuestionamientos sobre los motivos que llevan a ese conocimiento fragmentado y disperso de la producción antropológica en América Latina, a pesar de nuestra proximidad geopolítica y de algunos espacios de diálogo construidos en los últimos años (como la Reunión de Antropología del Mercosur y la Asociación Latinoamericana de Antropología).

Palabras clave: Latinoamérica, Brasil, antropología, antropologías periféricas.

Brazilian anthropology: brief questions about the history of a field in expansion

Abstract: This paper presents some thoughts about the development of anthropology in Brazil and the actual scene of this discipline in this Country. It also analyses the relationship between Brazilian anthropology and other peripheral anthropologies, more specifically Latin-American ones. Despite our geographical, political, and linguistic proximity, the influence of Latin-American anthropologies is still reduced in the formation of Brazilian anthropologists. Thus, this article asks some questions concerning the motivations bringing us to such fragmented and diffuse knowledge of the anthropological production

in Latin America, despite our geopolitical proximity and some dialogical spaces constructed in the last years (like the Mercosul Anthropology Meeting and the Latin American Anthropology Association).

Keywords: Latin American, Brazil, anthropology, peripheral anthropologies.

Introdução

É preciso ter em conta que qualquer discurso tem um lugar de onde parte e um sujeito que o enuncia. Se esta posicionalidade não é desconsiderada, uma antropologia assim crítica tem que se abrir para lugares de significação não-hegemônica, desafiando, inclusive, o cânone disciplinar, pois esse já carrega um mundo e seus preceitos de conhecimento

(Pechincha, 2006: 68).

As reflexões apresentadas neste artigo foram construídas a partir de questionamentos que surgiram entre algumas alunas e alunos do programa de pós-graduação em antropologia social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), acerca da produção do conhecimento antropológico no contexto da América Latina.¹ Percebemos que, embora nosso programa fosse muito frequentado por colegas de países vizinhos da América do Sul e também da América Central, nosso conhecimento sobre a antropologia produzida nos países latino-americanos era muito precário, independente da nossa nacionalidade: aqueles que eram brasileiros nada sabiam sobre a antropologia feita pelos colombianos, estes por sua vez ignoravam o que se passava na antropologia guatemalteca e os argentinos, ainda que fossem os mais familiarizados pelo menos com a antropologia brasileira, pouco sabiam também sobre os colombianos, os chilenos ou os peruanos. Começamos, então, a indagar: por que não nos lemos? Por que não sabemos sobre o que pesquisamos? Que temas possuímos em comum? O que aproxima nossas antropologias e o que nos diferencia? Por que nossa produção acadêmica não circula entre nós com a mesma intensidade que a produção dos nossos colegas americanos e europeus? Essas inquietações nos conduziram a alguns debates entre os (poucos, é verdade) interessados e culminaram com a realização de um fórum de discussões na VIII Reunión de Antropología del Mercosur realizada em Buenos Aires em 2009, onde colegas de outros países latino-americanos puderam expor suas impressões sobre a produção e circulação da antropologia realizada na América Latina e apresentar dados dessa produção a partir de seus países de origem.

A partir desses questionamentos tornava-se evidente o quanto a antropologia brasileira ainda está voltada para dentro de sua própria produção e em diálogo estreito com as antropologias euroamericanas, relegando aos países vizinhos um lugar muito

1 Agradeço a colega Andrea Perez por ter me convidado a compartilhar com ela a coordenação do fórum e as colegas Nora Murillo Estrada, Jimena Massa, Carolina Portela, Nadia Heusi Silveira e Rita de Cácia Oenning da Silva pelo trabalho coletivo de discussão que inspirou este texto e pela grande ajuda que deram para a realização do nosso fórum na VIII RAM.

acanhado e tímido, e o inverso também é verdadeiro. Grimson e Semán (2004: 15) observam que, embora a antropologia brasileira seja considerada uma das mais avançadas da América Latina em termos institucionais e de sua relevância teórica e empírica, ela ainda é pouco lida no mundo “hispano-parlante, en el que las diversas antropologías nacionales se ignoran reciprocamente y tienden a vivir el carácter internacional de la disciplina como la siempre mimesis de algunas corrientes académicas centrales”. Parece evidente que ao longo da nossa formação estudamos as antropologias britânica, francesa e americana e conseguimos reconhecer a partir desse estudo a intrincada relação entre contextos sócio-históricos e a produção de ciência, porém não possuímos, ao menos no Brasil, nenhuma cátedra de antropologia latino-americana. O que significa não termos esse tipo de disciplina na nossa formação até então?²

Particularmente penso que não seria o caso de termos uma disciplina voltada para produção do conhecimento antropológico na América Latina, mas antes fazer com que tal produção se torne parte das demais disciplinas que temos na nossa grade curricular assim como as antropologias euroamericanas e, sobretudo, pensar criticamente o surgimento da antropologia nos países do Sul, sua produção contemporânea e o que ela significa no contexto da antropologia enquanto disciplina.³ Quando falamos aqui em países do Sul não devemos pensar em termos geográficos (Krotz, 2006; Ribeiro e Escobar, 2008; Cardoso de Oliveira, 2000), mas antes em termos político-culturais e da visibilidade em que se encontram esses países no campo da antropologia mundial. São vários os termos que têm sido utilizados para definir a antropologia produzida fora dos países nos quais a disciplina foi fundada (a saber, Inglaterra, França e Estados Unidos) tais como antropologias periféricas (Cardoso de Oliveira, 1997; 2000), antropologias do Sul (Krotz, 2006), antropologia não-hegemônica (Ribeiro e Escobar, 2008), “nacional”, “não-ocidental”, “nativas”, “indígenas”, etc. Do mesmo modo, a antropologia realizada nos países onde a disciplina teve sua origem é chamada de “antropologias do centro”, “hegemônica”, “norte-atlântica”. Em que pesem as ambigüidades de cada definição e seu teor aparentemente binário centrado na geografia e economia mundiais, a maioria dos autores chama a atenção para o fato de que essa divisão não reflete tais diferenças, mas antes aponta para os aspectos político-culturais da construção e circulação do conhecimento produzido em antropologia por vários países em diferentes regiões. Desta forma, a antropologia canadense pode ser considerada tão periférica quanto à japonesa, a russa ou a colombiana. Aqui usarei preferencialmente os termos definidos por Cardoso de Oliveira, Krotz, e Ribeiro e Escobar.

2 Segundo levantamento apresentado por Debert (2004) tal disciplina não existe em nenhum programa brasileiro de pós-graduação em antropologia, embora a presença de alunos latinoamericanos e de outras nacionalidades seja comum entre nós (cf. Fry, 2004).

3 Para uma proposta de disciplina sobre antropologia latino-americana, ver a interessante bibliografia reunida por Margarita Serje (2008).

Como parte dessa antropologia periférica, a antropologia brasileira vem fomentando questionamentos a cerca da sua prática ao longo dos anos. Temos uma produção regular e consistente sobre o desenvolvimento da antropologia no país, relacionada a uma série de discussões que se iniciaram já nas primeiras reuniões da Associação Brasileira de Antropologia nos anos 1950 e que tratavam do ensino de antropologia e da formação do antropólogo no Brasil (ver Trajano Filho e Ribeiro, 2004; Grossi et al., 2006). Posteriormente, a partir da década de 1980, surgem outras pesquisas sobre a história da antropologia no Brasil que resultaram em publicações. Tal produção está centrada em congressos, seminários e reuniões, sobretudo da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), reunidos em coletâneas, e nos trabalhos de alguns conhecidos antropólogos brasileiros, como Roberto Cardoso de Oliveira (1997; 2000) e Mariza Peirano (1991), para citar apenas dois exemplos. (ver também Corrêa, 1987; 2006; Santos et al., 2006).

Do mesmo modo, a preocupação com o destino da antropologia latinoamericana mobilizou alguns autores nacionais e estimulou a realização de grupos de discussão, reuniões e seminários em torno desse tema e do que ele significa para a realidade sociopolítica da nossa disciplina e seu exercício. A criação da Associação Latino-Americana de Antropologia em 1990 e da Reunião de Antropologia do Mercosul em 1995 espelham a inquietação gerada nos antropólogos da região em refletir sobre sua prática.

Observamos, então, que o debate sobre a constituição da antropologia brasileira sempre existiu, assim como toda uma discussão sobre a antropologia produzida na América Latina, seus impasses, desafios e relações com a antropologia mundial. Não caberia, portanto, no escopo deste texto realizar um resgate histórico da formação da antropologia no Brasil e nem seria essa a minha pretensão. Como já foi mencionado, há na nossa bibliografia vários trabalhos que realizaram essa missão, de maneira que eu absolutamente não me atreveria a tal exercício aqui por correr o risco de cometer omissões, falhas e repetições desnecessárias.⁴ Além disso, o campo da antropologia no Brasil tornou-se tão grande que mapeá-lo de forma consistente é uma tarefa que exige uma ação conjunta que dê conta de sua polifonia.

De modo que a intenção deste artigo é lançar mais uma centelha na direção desse debate que não é inédito em nossos países, mas que necessita ser sempre reavivado e posto em movimento por novos questionamentos. Assim, minha reflexão segue esse arcabouço de referências históricas sobre a formação da antropologia no Brasil, conectando-se com a recente expansão da disciplina no país e, longe

4 Devo lembrar que este levantamento bibliográfico não dá conta, absolutamente, da vasta produção que temos no Brasil, sobretudo se considerar as possíveis teses e dissertações dos alunos espalhados pelos programas de pós-graduação do país que, eventualmente, podem ter paralelos com essa discussão e quem não foram objeto de investigação para produção desse artigo.

de apresentar respostas, se preocupa mais em trazer perguntas que nos conduzam enquanto antropólogos e antropólogas a investigar constantemente a nossa prática e suas possíveis implicações sociais.

Um campo em expansão: os números atuais da antropologia brasileira

O campo da antropologia no Brasil teve um avanço significativo nos últimos 10 anos. Esse crescimento se deu em meio a mudanças mais amplas no sistema de ensino superior brasileiro que expandiu o número de universidades públicas federais bem como o número de cursos e vagas nessas instituições, especialmente nos cursos de graduação. Entretanto, essa expansão tem gerado debates acalorados no meio acadêmico, pois se por um lado a proposta governamental sustenta a expansão como forma de garantir o ensino superior para mais pessoas no país, por outro o processo como um todo não estaria, segundo seus críticos (majoritariamente professores e alunos universitários e seus órgãos de representação), dotado de recursos suficientes para tal, além do fato de privilegiar o ensino em detrimento da pesquisa fazendo da universidade pública uma produtora de mão de obra especializada para atender interesses de mercado e não mais se configurando enquanto locus privilegiado para o desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil. Tal discussão mereceria uma análise mais detalhada que está fora do escopo deste texto, mas é a partir desse cenário que trago alguns dados sobre o crescimento da formação em antropologia no país.

Os números a seguir atualizam parcialmente os dados apresentados no livro *O campo da Antropologia no Brasil*, lançado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) em 2004. Naquela época, tínhamos 11 programas de pós-graduação em antropologia, sendo um mestrado profissionalizante na Universidade Católica de Goiás (UCG) que fechou recentemente por falta de alunos.⁵ Em 2004, o mestrado da Universidade Federal do Pará (UFPA) foi incorporado à pós-graduação em ciências sociais da mesma instituição, porém sua reabertura já foi aprovada, com previsão para seleção da primeira turma em agosto de 2010. No entanto, embora esteja aqui mencionado devido a sua relevância para formação em antropologia na região amazônica do Brasil, uma análise mais precisa deste programa fica prejudicada pela sua atual condição de liminaridade.⁶ O livro não considera a pós-graduação em

5 Em janeiro de 2010 visitei o site da UCG (www.ucg.br) para confirmar se o curso continua encerrado. Na página ainda constavam informações sobre a pós-graduação em antropologia, porém com dados de 2008. Encaminhei mensagem ao e-mail disponibilizado no site solicitando mais informações, mas a mensagem retornou com aviso de endereço inexistente.

6 As informações sobre a reabertura da pós-graduação em Antropologia na UFPA foram obtidas no site da ABA em janeiro de 2010 (www.abant.org.br). Sabemos que o programa terá quatro linhas de pesquisa: Antropologia Social, Arqueologia, Bioantropologia e Linguística. A pós-graduação

Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Social/Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ), inserida nesta análise porque considerei o direcionamento dado a formação de antropólogos nesta pós-graduação.⁷

De 2004 até 2009, nove programas novos foram criados, quatro deles no Nordeste (UFRN, UFS, UFPI e UFBA), sendo esta a região do país com maior crescimento da pós-graduação em antropologia; um programa no Norte do país (UFAM), um no Centro-Oeste (UFG) e três novos cursos no Sudeste (UFMG, UNICAMP e UFSCar). Cinco desses programas novos são apenas de mestrado (UFMG, UFPI, UFS, UFRN e UFG) e quatro de mestrado e doutorado (UFAM, UFBA, UFSCar e UNICAMP), porém no caso da UNICAMP, o mestrado em antropologia já existe desde 1971 e o doutorado foi inaugurado em 2004 com primeira turma iniciada em 2005. No caso da UFAM, o doutorado está em fase de implantação.

Para fins desta análise, não considerei o mestrado profissionalizante da UCG que encerrou suas atividades, nem o mestrado e doutorado da UFPA já que a reabertura desse programa só recentemente foi aprovada e não sabemos ainda como ele está estruturado. Trabalhei, então, com dados de 18 programas: é dizer que a formação em antropologia, nível pós-graduação, está presente em todas as regiões do país.

Quanto aos meios de circulação das pesquisas produzidas no país, dos 18 programas, 11 possuem publicações próprias, que podem ser revistas impressas ou eletrônicas, periódicos organizados pelos alunos e publicações dos núcleos (impressas e/ou eletrônicas).⁸ Há ainda periódicos e revistas que, embora não estejam vinculadas a nenhuma pós-graduação em antropologia, estão relacionadas à área, possuem antropólogos em seu corpo editorial e são importantes publicações das ciências humanas e sociais no Brasil. Para citar alguns títulos: Revista Estudos Feministas (UFSC), Religião e Sociedade (ISER), Cadernos de Pagu (Unicamp), Tellus (NEPPI/UCDB), além das inúmeras publicações ligadas às graduações e pós-graduações em ciências sociais.

Esta análise ainda poderia incluir as diversas pós-graduações em ciências sociais que também formam profissionais voltados para investigação e ensino de antropologia no Brasil, mas optei pelo recorte acima como forma de delimitar o levantamento dos dados. Estou, contudo, ciente das limitações que tal recorte traz para uma análise mais ampla do campo da antropologia no Brasil que se propaga em diversas universidades através dos cursos de ciências sociais, seja na graduação ou na pós-graduação. Apesar dessa delimitação, vale a pena dizer que não há nesse recorte qualquer intenção de “purismo”, mas tão somente a necessidade de criar um mapa

em Antropologia na UFPA foi a primeira do Norte do país e formou mestres em antropologia durante uma década (1994-2004). A sua reabertura engloba também o doutorado em antropologia.

7 O endereço eletrônico dos programas pesquisados encontra-se no final deste texto. Os sites foram acessados entre agosto e setembro de 2009.

8 Levantamento das publicações realizado em agosto de 2009 através dos sites dos programas.

sobre o qual fosse possível trabalhar com certo número de informações de maneira mais precisa e dentro da proposta de pensar a formação em antropologia no Brasil.

Seria pertinente um debate mais profundo, que está fora da pretensão deste texto, sobre a separação na graduação entre as ciências sociais e a antropologia, assunto que tem gerado disputas no campo acadêmico brasileiro com posições contra e a favor de tal separação (cf. Grossi et al., 2006). No Brasil, a formação específica em antropologia era, até bem pouco tempo, realizada apenas através de cursos de pós-graduação. Na graduação, os alunos geralmente se formam em ciências sociais e podem direcionar sua grade curricular para uma das três áreas: antropologia, sociologia ou ciência política. No entanto, a partir de 2005, cinco universidades iniciaram cursos de graduação em antropologia (quatro delas são universidades públicas) e há previsão de que outras duas universidades federais passem a oferecer o curso de graduação em antropologia em 2010 e 2011.⁹ Esse surgimento dos cursos de graduação em antropologia se insere nas propostas do governo para expansão das universidades públicas que mencionamos mais acima e atende a demanda de vários antropólogos favoráveis a construção de uma graduação específica em antropologia separada das ciências sociais.

Voltando aos cursos de pós-graduação, um dado particularmente interessante sobre nossos programas diz respeito às temáticas de pesquisa abordadas no país. Os 18 cursos de pós-graduação analisados possuem juntos 127 linhas de pesquisa e 108 grupos e/ou núcleos de pesquisa.¹⁰ Paula Montero (2004) analisou as principais tendências de pesquisa existentes na antropologia brasileira partindo dos grupos e linhas de pesquisa observadas nos programas de pós-graduação até 2001. Para a autora, quatro temáticas se destacavam: etnologia indígena, antropologia da sociedade nacional (em suas inúmeras interfaces), antropologia da religião e antropologia da família e relações de gênero. Podemos dizer que estes seguem sendo os temas “clássicos” com interfaces variadas dentro da pesquisa antropológica brasileira, pois estão presentes na maior parte das ementas de disciplinas, nas linhas de pesquisa

9 Os dados sobre os cursos de graduação em antropologia podem ser obtidos no site da ABA (www.abant.org.br).

10 Trabalhei com os dados e informações sobre linhas e grupos de pesquisa presentes nos sites dos programas, pois ao utilizar o diretório de pesquisa de grupos do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, órgão do Ministério de Ciência e Tecnologia) com a palavra chave “antropologia”, obteve-se 177 resultados. No entanto, boa parte desses grupos não tinha como Área Predominante (AP) a antropologia, mas outras tais como teologia, matemática, artes, filosofia, para citar apenas algumas. Considerando apenas os grupos com AP em antropologia, o número caía para 89 grupos. Optei pelos dados informados na página de cada programa, complementando com dados dos relatórios de avaliação da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - secretaria especial do Ministério da Educação) que nos garantisse mais completude na informação sobre os grupos realmente atuantes nos programas. Para acesso ao diretório de pesquisa de grupos do CNPQ consultar www.cnpq.br. Para acesso às avaliações dos programas de pós-graduação no Brasil consultar www.capes.gov.br.

e como temática de vários núcleos e grupos de estudos. Cardoso de Oliveira (1997) menciona as linhas da Etnologia Indígena e a Antropologia da Sociedade Nacional como duas tradições do campo da antropologia brasileira reveladoras da preponderância dos “objetos reais de pesquisa sobre os objetos teoricamente construídos”. Mais adiante veremos como essas tradições influenciaram o que Cardoso de Oliveira chamou do nosso *estilo* de fazer antropologia que em seus primórdios estaria intimamente relacionado à construção do Estado-nação.

Observamos também a presença crescente de outras temáticas que fazem conexão com as anteriores, mas buscam delinear novos objetos e perspectivas na antropologia brasileira. Entre essas temáticas vemos a presença crescente dos estudos sobre saúde e corporalidade (que também se associa a gênero e sexualidade), antropologia visual, performance e artes, e em menor escala os estudos sobre antropologia do direito, do poder, da ciência e do meio ambiente. Estas temáticas não são excludentes e frequentemente se complementam numa mesma linha de pesquisa.

O que estes números evidenciam é um aumento considerável das oportunidades para formação de antropólogos no Brasil e uma preocupação em destacar as especificidades da disciplina ao separá-la das ciências sociais, embora esse não seja um ponto de consenso entre os antropólogos brasileiros (ver Grossi et al., 2006). Infelizmente, devido ao fato dessa expansão ser ainda muito recente, não temos como mensurar e avaliar que possíveis mudanças ocorreram (se é que ocorreram) nessa formação e as implicações que elas podem trazer para o modo como lidamos com as questões internas do país e para nossa relação com as demais antropologias, tanto as periféricas como as centrais. Também não é ainda possível realizar uma análise sobre a absorção desses profissionais no mercado. Para onde irão estes antropólogos/as após concluírem sua formação? Em que instituições atuarão? Que lugar ocuparão no mercado de trabalho? São outras questões.

Creio que é importante acompanhar essa expansão de perto e observar de que maneira nossa história disciplinar será aqui refletida, considerando que essa expansão da disciplina se dá em um contexto político distinto daquele no qual a antropologia brasileira nasceu (ainda que o discurso desenvolvimentista seja semelhante em certos aspectos). Para isso, no entanto, é preciso retornar a essa história e faço minhas as palavras de Claudia Fonseca (2006: 151-2) quando afirma que: “Desde a graduação, toda disciplina deve servir como palco para reflexão sobre a história teórica da disciplina. Os alunos, inteirados dos velhos debates, podem então, esperar fazer avanços em vez de andar em círculos. Mas é importante evitar a visão da ciência como um acúmulo pacífico de conhecimento. Estudar-se-ia antes a história de idéias em movimento – um campo de conflitos em que, se há sobreviventes, ninguém sai ileso”.

Pesquisar em Casa, Construir a Nação

Neste tópico não pretendo responder a pergunta de Cardoso de Oliveira (1997) sobre o “que é isso que chamamos de Antropologia brasileira?”, mas partir deste

questionamento, já explorado por este autor, para analisar a construção histórica da antropologia no Brasil. Não pretendo abarcar, como já frisei, a história da antropologia brasileira, mas tomar como foco alguns elementos contextuais para pensar o desenvolvimento da disciplina e sua recente configuração no país, pois como Cardoso de Oliveira, penso que é inviável dissociar a aplicação da antropologia, como um modo privilegiado de conhecimento do Outro, das condições sócio-culturais e políticas que propiciaram seu surgimento enquanto disciplina. Essa premissa aplica-se evidentemente a toda produção de conhecimento, e não apenas à antropologia.

Duas características estão presentes nas análises sobre a formação da antropologia no Brasil (e que são também comuns aos demais países latino-americanos, guardadas as devidas diferenças contextuais e históricas): a) a idéia de um compromisso da antropologia brasileira com a construção da nação; e b) o fato de nossas pesquisas estarem voltadas para as questões internas do país. Na verdade, podemos dizer que uma característica leva a outra e vice-versa e é na análise sucinta desses dois pontos que vou me deter aqui, pois são eles que unificam a experiência da antropologia realizada no Brasil.

No Brasil, a antropologia nasce dentro de um forte aparato de modernização do país que incluía projetos para educação e pesquisa. Podemos dizer que o marco da nossa formação antropológica é iniciado na década de 1930 com a criação da Universidade de São Paulo (USP), na qual Claude Lévi-Strauss deu aulas de sociologia integrando os quadros da Missão Francesa que veio ao Brasil estruturar os cursos de graduação da nova universidade. Lévi-Strauss, assim como Roger Bastide, lecionou nos cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Com a ditadura militar instaurada em 1964, o país vive um período onde a forte repressão aos movimentos estudantis e o controle coercitivo das atividades docentes se dá ao mesmo tempo em que o sistema educacional passa a ser vinculado ao desenvolvimento econômico da nação. É neste cenário desenvolvimentista que –em contraste com a realidade de outros países latino americanos– grandes investimentos são feitos nas áreas da educação superior e pesquisa. Várias agências de fomento são criadas para financiar o desenvolvimento de ciência e tecnologia e formar recursos humanos qualificados capazes de impulsionar o crescimento econômico e social do país. Neste contexto, são instalados os primeiros programas de pós-graduação do país, entre eles os de antropologia¹¹ (Trajano Filho e Martins, 2004).

Como aponta Otávio Velho (2008), dentro desse processo de modernização, muitos antropólogos dessa geração contaram com os governos militares e as agências de fomento tanto nacionais como internacionais, a exemplo da Fundação Ford, para levar a cabo seus projetos de formação acadêmica em antropologia. Essa formação inicialmente se dava fora do Brasil, principalmente nos Estados Unidos, França

11 Como já mencionado acima, até recentemente a formação específica em antropologia só era realizada através de cursos de pós-graduação.

e Inglaterra, e até a consolidação dos primeiros programas de pós-graduação em antropologia no país, a opção pelo doutoramento no exterior era comum. Com o fortalecimento dos programas de pós-graduação brasileiros, os financiamentos para pesquisa no exterior se tornaram mais escassos, já que tais recursos eram agora destinados aos programas nacionais. Vale destacar que esse investimento em educação superior na época da ditadura militar fazia parte das estratégias políticas de produção de visibilidade de uma nação que deveria ser percebida como desenvolvida, igualitária e próspera sob o comando militar e a educação fazia parte desse processo.

Assim, essa situação contextual da formação da antropologia no Brasil permitiu que a disciplina fosse modelada de acordo com as antropologias centrais ao mesmo tempo em que se esperava que ela oferecesse soluções aos dilemas nacionais. Se por um lado a universalidade da disciplina enquanto ciência era validada através da dedicação a uma identidade de antropólogo e aos clássicos (Velho, 2008: 326), por outro as questões internas e o contexto nacional envolvente se imporiam “com muita força no horizonte da disciplina e, por via de consequência, na construção do ponto de vista do pesquisador” (Cardoso de Oliveira, 2000: 52). Este talvez não tenha sido o único fator determinante do nosso *estilo* de antropologia (Cardoso de Oliveira, 1997, 2000), mas certamente foi a base sobre a qual se desenvolveu uma antropologia quase que exclusivamente feita dentro do país e atada (o que não quer dizer aliada em sentido político) aos processos de construção da nação. Sobre a noção de *estilo* proposta por Cardoso de Oliveira (2000: 51-52) ela “remete a uma individuação ou especificidade da disciplina quando esta se singulariza em outros espaços”. Cardoso de Oliveira (1997: 155) reconhece que a antropologia possui uma matriz disciplinar que caracteriza a universalidade da disciplina e que “queiramos ou não, sua sacramento nas academias centrais é sua marca de identidade independentemente das modalidades de seu exercício na periferia”. Entretanto, o autor analisa nossa prática a partir dos próprios instrumentos da antropologia para pensar o *particular* e a *diferença* que, a despeito da universalidade da disciplina, constitui o exercício antropológico nos países periféricos. No entanto, penso que essa *particularidade* e *diferença* podem ser estendidas a disciplina como um todo se pensarmos que as características da matriz disciplinar, enquanto elementos de identidade da disciplina, também refletem singularidades relacionadas a determinados contextos históricos, políticos e sociais nos quais a antropologia teve sua origem.

No Brasil, nossa *estilística* seria marcada pela imposição “quase compulsiva” da dimensão política das relações interétnicas observadas no país e, conseqüentemente, por ter como foco de estudo um outro que seria ao mesmo tempo próximo e distante. Esse ideário contribui para a construção da figura do “antropólogo cidadão” (Peirano, 1991), ou seja, aquele que pesquisando sua própria sociedade e sendo um de seus membros “ao fazer ciência, não pode deixar de lado sua responsabilidade cívica” (100). Tal postura não seria privilégio nosso, mas algo comum na antropologia praticada na América Latina e em outros contextos onde o desenvolvimento da

disciplina foi atravessado por questões nacionais, o que inclui a Europa.¹² Neste sentido, Peirano chama a atenção para o “papel cívico-político do cientista social” que no Brasil teria uma dupla alteridade: a de seu objeto concreto de estudo e a da comunidade internacional de especialista social. Esta dupla alteridade se impõe ao antropólogo brasileiro pelo caráter peculiar das nossas pesquisas, geralmente feitas “em casa”, e estaria relacionada aos projetos de construção do Estado-nação. O outro lado desta alteridade seria a posição que o cientista social brasileiro teria que ocupar frente à comunidade científica internacional. Deste modo, o antropólogo no Brasil pertenceria a duas totalidades ideológicas e nesta dupla alteridade “ora constitui-se elite *vis-à-vis* os grupos minoritários ou oprimidos de sua própria sociedade, ora categoria social inferior frente à comunidade acadêmica internacional, desta situação resultando a combinação de dois papéis sociais que, em outros contextos, aparentemente podem ser distintos: o do cidadão e o do cientista” (Peirano, 1991: 99).

Hoje, no entanto, faz-se necessário repensar o discurso da construção da nação e questionar o lugar que ele ocupou (e possivelmente ainda ocupa) na formação da antropologia brasileira, considerando a recente expansão do seu campo acadêmico. Se por muito tempo esse ideário contribuiu para construção e consolidação da antropologia brasileira em termos práticos através do desenvolvimento das pós-graduações e dos investimentos em pesquisa, ou em termos teóricos e metodológicos através da observância dos contextos sociopolíticos nacionais na elaboração do nosso estilo de antropologia, por outro lado a formação de uma antropologia pautada na construção da nação teria, para alguns autores, limitado nossa relação com a antropologia dos demais países periféricos, sobretudo do continente americano (Cardoso de Oliveira, 2000), alimentado um estado de *cosmopolitismo provinciano* entre nós (Ribeiro, 2006; 2008) e até mesmo favorecido uma espécie de *neo-orientalismo* (Velho, 2008).

Cardoso de Oliveira (2000) reconhece que houve a necessidade não só do conjunto das ciências sociais, mas também da literatura e da história, de concentrar suas pesquisas no território nacional como forma de construir outro olhar sobre a nação diferente daquele apresentando por pesquisadores e viajantes estrangeiros, que segundo ele, produziram a grande parte dos trabalhos sobre o Brasil até a década de 1940. Havia a necessidade de que o país fosse também estudado por seus intelectuais

12 A antropologia enquanto uma disciplina foi de certa forma participante dos projetos nacionais. Peirano (1991: 237), por exemplo, afirma que “dado que o desenvolvimento da antropologia coincidiu e se vinculou à formação das nações-estado européias, a ideologia de construção nacional (*nation-building*) é um parâmetro e sintoma importante para a caracterização das ciências sociais onde quer que elas surjam”. Para Ribeiro e Escobar (2008: 25) a distinção elaborada por Stocking Jr. entre antropologia da construção do império (centrais) e de construção da nação (periféricas) pode ser transcendida se lembrarmos que por trás da construção de um império sempre houve um Estado-nação, de modo que as antropologias de construção do império são também antropologias de construção da nação, ainda que o oposto não seja necessariamente certo.

e duas décadas depois já predominavam as obras escritas por autores nacionais, o que para ele fez com que os brasilianistas se tornassem um grupo minoritário. Isso se deveu majoritariamente ao desenvolvimento dos programas de pós-graduação no país a partir dos anos 1960. No entanto, Cardoso de Oliveira vê esse fato como um elemento histórico de nossa formação e afirmação no campo disciplinar que já pode ser superado: “hoje, o que se pode dizer, é que —pelo menos na área da antropologia— não se justifica mais exclusiva atenção à realidade nacional, podendo os antropólogos voltarem seu interesse também para além fronteiras” (123).

Para Ribeiro (2006: 109), se a antropologia brasileira deseja ir mais além deve superar uma das suas auto-imagens mais poderosas, justamente aquela segunda a qual o antropólogo brasileiro é um construtor da nação. Ser um “construtor da nação” e ao mesmo tempo herdeiro das tradições antropológicas centrais, poderia ter favorecido uma situação entre nós que Ribeiro (2006, 2008) chama de *cosmopolitismo provinciano*, ou seja, o exaustivo conhecimento que os pesquisadores dos países não hegemônicos têm da produção dos centros hegemônicos. O inverso dessa situação seria o *provincianismo metropolitano*, ou seja, a ignorância que os antropólogos dos centros hegemônicos têm acerca da produção do conhecimento em lugares não hegemônicos. Como resultado desse processo, acabamos nos limitando ao diálogo com os clássicos euroamericanos da antropologia¹³ —onde situamos nossos “heróis fundadores” (Fry, 2004)— e com os nossos ícones locais e isso também é resultado do nosso excessivo olhar sobre nós mesmos que, se em determinado momento de nossa história constituiu papel importante na consolidação e expansão da disciplina, hoje nos cega para realidades mais abrangentes e acaba produzindo mecanismos de invisibilidade das antropologias produzidas fora dos grandes centros.

Neste sentido, Estaban Krotz (2005, 2006) lembra que as antropologias do Sul raramente aparecem no Sul. As disciplinas que tratam das antropologias periféricas são geralmente optativas, voltadas para a antropologia nacional e geralmente se limitam a resenhar os “ecos locais” da antropologia originária e hegemônica, privilegiando as imagens de “adaptação” ou “extensão” dos conceitos gerados por esta antropologia, sem mencionar as produções latino-americanas e, desta forma, impossibilitando o reconhecimento de elementos comuns entre nós (Krotz, 2006: 10). Vale à pena citar um trecho de Trajano Filho explorado por Peter Fry ao discutir a internacionalização da antropologia brasileira:

13 Devemos ter em mente que a própria categoria “autores clássicos” merece ser questionada, pois como nosso contato com as demais antropologias periféricas é ainda limitado, pouco sabemos quais seriam os “clássicos” considerados, por exemplo, no Canadá, na China ou na Guatemala. Acreditar que esses “clássicos da antropologia” sejam unanimidade seria desconsiderar as particularidades dos contextos periféricos onde a antropologia se desenvolveu, os quais certamente não são idênticos entre si (ainda que possam ter semelhanças) e, portanto, podem eleger perspectivas epistemológicas distintas.

Por um lado, um acentuado desequilíbrio entre consumo e produção científica [...] que faz os pesquisadores das periferias serem meros produtores de matéria-prima intelectual (a produção de dados etnográficos) e, por outro lado, um bizarro diálogo de surdos em que os antropólogos atuando em pontos distantes dos centros de produção intelectual, mas compartilhando com os ideais de uma antropologia cosmopolita, vivem a ilusão do alcance de sua produção. Escrevem (frequentemente em suas línguas vernaculares) na fantasia de estar dialogando com os luminares das antropologias centrais e, na verdade, são lidos pelos seus pares locais (Fry, 2004: 243)

Fry questiona, então, se a antropologia brasileira não teria muito mais a ganhar e a oferecer se fortalecesse os laços já existentes com outras antropologias periféricas e criasse outras conexões de forma a aumentar ainda mais a “escuta de outras mais ‘comunidades antropológicas’, bem como a possibilidade de a antropologia brasileira ser ouvida com proveito alhures” (244).

Em resumo, o ideário da construção da nação e a demasiada atenção às questões internas na pesquisa antropológica foram relevantes na constituição e desenvolvimento da disciplina no Brasil e na América Latina como um todo, porém hoje essas características do nosso estilo de antropologia precisam ser reavaliadas a partir de uma perspectiva histórica e política. O que estes autores sugerem não é de forma alguma o desinteresse pelas questões internas, mas uma avaliação crítica de como estamos empreendendo essa tarefa e o que ela significou e significa para a conformação da nossa disciplina internamente e em termos de sua relação com as antropologias centrais e periféricas. Como sugere Velho (2008: 340), ao nos portarmos como especialistas exclusivamente narcisistas de nossa própria sociedade assumimos “un rol conveniente en el cual a veces parece que algunos de nuestros colegas del norte también prefieren vernos representar, mientras ellos tengan la última palabra disciplinaria sobre las formas de presentación supuestamente ‘neutrales’”.

Creio que ainda não é possível, dentro da realidade brasileira de recursos disponíveis para pesquisa –que felizmente tem melhorado nos últimos anos–, pensar em pesquisas antropológicas que largamente ultrapassem as fronteiras nacionais e nem se isso é essencial para nossa prática. Devemos considerar que os dilemas da realidade sociopolítica brasileira continuam provocando indagações urgentes que nossos antropólogos e antropólogas não têm como ignorar e, além disso, pensar sobre si mesmo não significa necessariamente comprometer-se com as ideologias do Estado-nação, mas antes posicionar-se criticamente quanto às relações internas de poder nas quais nossas pesquisas estão muitas vezes enredadas. Deste modo, concordo que se faz urgente uma postura analítica mais crítica do que significou para a antropologia brasileira (e latino-americana) fazer parte dos projetos de construção da nação para avaliar como esse olhar voltado para si pode ser explorado hoje, num contexto político e social distinto daquele no qual a antropologia brasileira teve seu início.

Neste sentido, a crítica apresentada por Mônica Thereza Pechincha (2006) é bastante pertinente para pensarmos como a antropologia brasileira utilizou-se dos

conceitos de *nação* e *sociedade nacional* na construção do seu arcabouço teórico de um modo pouco questionador das estruturas de poder que tais conceitos encerram. Através da análise da obra de alguns antropólogos brasileiros, mas, sobretudo, de Roberto DaMatta, a autora questiona o modo naturalizado com o qual o conceito de nação é equiparado ao de cultura na antropologia brasileira, conduzindo ao esvaziamento da dimensão política e das estratégias de poder envolvidas na construção desses conceitos, especialmente quando essa equiparação equivale a um esforço culturalista de totalização da sociedade brasileira. Para ela, “a nação corresponde a um tipo de cultura, mas de um tipo ideológico específico, desde que um instrumento jurídico cria a nação como uma unidade de território e como uma unidade cultural. Dessa forma, só a ideologia da nação, por si só, faz dela uma pretensa cultura unitária” (Pechincha, 2006: 85). Ao relegar a um segundo plano a crítica à ideologia nacionalista e seu discurso totalizante, teríamos incorrido no erro de planificar o desnivelamento social, econômico e político que define e localiza os grupos sociais no Brasil, em favor de uma pretensa marca de identidade nacional fundamentada na cultura. O mito da mistura racial e a suposta primazia unificadora do modelo social hierárquico brasileiro, em comparação com o modelo individualista moderno, são explorados por Pechincha para nos mostrar como tais argumentações serviram para reforçar os discursos essencializadores e totalizantes da nação que acriticamente foram incorporados na antropologia da sociedade nacional.

A autora aborda ainda em sua crítica o modo como as teorias antropológicas “clássicas” foram utilizadas na nossa antropologia de maneira a justapor cada vez mais a idéia de nação à de cultura postulando assim, a existência de uma sociedade brasileira enquanto uma totalidade sem outro. O resultado dessa apropriação teria sido a produção de uma abordagem culturalizante do contexto nacional, que é um contexto de relações de poder. Por isso, devemos questionar de que forma as relações de poder foram representadas nos estudos clássicos de antropologia por pesquisadores que investigaram sociedades tribais onde tais relações certamente existiam, mas repousavam numa ordem política, social e econômica complementemente diferente da nossa, fazendo-nos questionar, assim, se a passagem de certos conceitos (tais como cultura, poder e hierarquia) de um contexto acadêmico-etnográfico a outro não acabaram produzindo análises anacrônicas sobre nossa própria sociedade cujas estruturas de poder são de outra ordem.

Por fim, a autora também questiona a idéia comumente aceita –apresentada inclusive neste texto–, de que o antropólogo nos países periféricos é também um nativo. Para Pechincha tal afirmação não deve ser empregada de maneira inocente. Colocar-se enquanto nativo que representa um “outro” que se torna “nós” a partir do pressuposto da territorialidade nacional, seria desconsiderar as intrincadas relações entre sujeito do conhecimento e objeto representado e abstrair as apropriações epistemológicas centralizadas que são utilizadas nesta representação. Assim, a autora põe em questão a visão “romântica” que por vezes temos sobre nossa antropologia enquanto diferenciada das antropologias centrais porque “comprometida com nós mesmos”, sobretudo quando

a redução da alteridade é evocada pelo elo nacional totalizante. Se por um lado já não é mais novidade entre nós a crítica apresentada à idéia do “distanciamento cultural” como forma segura de se alcançar “objetividade científica”, por outro devemos considerar o reverso presente na idéia do “nós também somos nativos” quando ela se presta ao esvaziamento dos critérios de alteridade e, sobretudo, obscurece o lugar de onde fala o sujeito do conhecimento, pois sabemos que de todos aqueles que compõem esse “nós” apenas a uma minoria é dado um lugar legitimado de enunciação.

A análise de Pechincha necessitaria de um espaço maior de apresentação, pois a autora destoa da maioria dos autores brasileiros quando trata da construção da antropologia nacional, apresentando uma crítica afinada com as propostas das teorias pós-coloniais. No entanto, para o argumento deste texto penso que o essencial de sua crítica é apresentado e nos instiga a continuar questionando de que formas esse ideário do antropólogo enquanto construtor da nação impactou nosso modo de fazer antropologia e de nos relacionarmos com as antropologias centrais e periféricas. É possível pensar que tal ideário contribuiu de fato para nosso isolamento com relação aos países vizinhos? Será que ao nos concentrarmos nos projetos da nação deixamos de pensar sobre relações de poder mais amplas que fazem parte da construção da antropologia, e assim contribuimos para a invisibilidade não só de um outro dentro da nação, como aponta Pechincha, mas também da produção antropológica latino-americana entre nós? Estas são questões que pouco aparecem entre os alunos de antropologia durante sua formação, mas que de fato são urgentes se pensarmos que o conhecimento antropológico é parte da própria construção sociocultural do qual ele emerge e, portanto, merece ser mais reflexivo e crítico de si mesmo.

Deste modo, creio que o que os autores aqui apresentados apontam com a proposta de superação da imagem do antropólogo como construtor da nação está relacionado a uma visão mais crítica de nossa prática e a uma ampliação do nosso universo de referências que passe a incluir antropologias ainda hoje invisibilizadas, do que propriamente a simples transposição de fronteiras geográficas. Além disso, situar os contextos de produção da antropologia brasileira (e das antropologias latino-americanas), tal como fazemos com as antropologias centrais, pode ser o caminho para construção de antropologias mundializadas que substituam os adjetivos tão dualistas com os quais, infelizmente, ainda nos vemos obrigados a trabalhar (centro/periferia, norte/sul, hegemônica/não-hegemônica, etc). Dualidade esta que “é uma qualificação, uma determinação e uma hierarquia que advém da colonização ocidental e precisa ser criticada” (Pechincha, 2006: 119) para permitir a existência de uma disciplina polifônica, heterodoxa e diversificada capaz de ampliar nosso olhar e permitir trocas mais horizontais entre todos aqueles que fazem da antropologia uma forma de pensar e agir no mundo.

Essa dualidade, no entanto, ainda nos serve como evidencia das intrincadas relações políticas e de poder que constituem a produção do conhecimento além de evidenciar as dinâmicas dessa produção.

Por uma quinta tradição ou por um novo olhar sobre a tradição?

Como podemos observar, o campo da antropologia é forte no Brasil, sua importância no conjunto das ciências sociais é evidente a ponto de termos atualmente uma forte discussão sobre a independência da antropologia em relação às ciências sociais nos cursos de graduação. A cada reunião bianual da ABA registra-se um número maior de participantes com aumento considerável dos grupos de trabalho. Já se disse que nossa comunidade de antropólogos ultrapassa várias vezes a de muitos países europeus (Krotz, 2006) e que nossos números expressam uma história de sucesso (Pina Cabral, 2004). Para o antropólogo português, João de Pina Cabral, a qualidade da obra teórica e empírica acumulada, a alta qualificação do pessoal científico e a consolidação da organização institucional e de docência da antropologia brasileira nos colocariam em condições únicas para intervir ativamente na construção de uma quinta tradição da antropologia diferente das tradições norte-americana, francesa, britânica e alemã. Para Pina Cabral essa quinta tradição já existe e seria “a tradição de todos esses que, tal como eu e a maioria dos colegas brasileiros, indianos, chineses, japoneses, mexicanos, etc., lemos muitas coisas, vindas de muitos sítios, e queremos fazer antropologia da melhor forma que encontrarmos sem dar muita importância a sua origem” e que “reivindicando-se dos frutos da modernidade científica, não se sente identificada com qualquer dos projetos imperiais que, historicamente moveram o desenvolvimento científico” (2004: 262-263).

Ciente de que as tradições são inventadas, concordo com Pina Cabral que temos sempre algo mais a fazer, que não é possível que tudo já tenha sido criado na história da humanidade e que estamos condenados a prolongar eternamente as boas e velhas tradições imperiais. Certamente que não. Mas penso que nossa antropologia ainda precisa de um impulso que a faça redirecionar efetivamente seu olhar para os demais pares que possivelmente formariam essa quinta tradição. Como se costuma dizer por aqui, estamos de costas para a América Latina, com os olhos voltados para o Atlântico. Não é preciso fechar os olhos para o que está além-mar, mas buscar outros pontos de referencia para esse olhar. Penso especialmente em como somos pouco versados sobre a antropologia latino-americana em geral, do mesmo modo que desconhecemos a antropologia portuguesa, espanhola, grega, turca, russa, chinesa e tantas outras.

Alguém perguntará e o que fazer? Desenvolver um conhecimento enciclopédico, isso é possível? Aumentar o número de disciplinas e/ou a carga de leituras em nossos programas? Abandonar os clássicos? Creio que não faz parte de nenhum dos debates aqui resumidamente expostos dar uma resposta positiva a essas questões. Não seria a intenção, nem acredito que é possível ou desejável, abandonar a leitura dos clássicos ou criar mais disciplinas para construir um espaço de interlocução realmente ativo entre as antropologias que até então temos nomeado de periféricas. O que sabemos é que há um intercambio desigual de informação, de circulação e visibilidade das

formas de conhecimento produzidas por todos aqueles possíveis membros dessa quinta tradição situados na América Latina.

É verdade que avançamos consideravelmente em nossas relações, construímos espaços de diálogo importantes como, por exemplo, a Reunião de Antropologia do Mercosul e a Associação Latino-Americana de Antropologia, onde fomentamos uma série de debates sobre a prática da antropologia do lado de cá do continente.¹⁴ Contudo, todos esses esforços ainda fazem parte das preocupações de alguns grupos de antropólogos e não chegam a tornar-se parte do conhecimento que formamos sobre nossa disciplina e sua realidade na América Latina, e menos ainda em outros lugares onde ela existe. Se a antropologia é antiessencialista por natureza, já estaria mais do que na hora de tomarmos a desnaturalização de sua construção, seja no centro ou na periferia, como algo evidente e fazer a antropologia da Antropologia, para voltar a Cardoso de Oliveira.

Da minha posição de aprendiz de feiticeiro, acredito que aquilo que de fato deve ser considerado é o redimensionamento do nosso olhar sobre a antropologia, não exatamente a autocrítica que já foi desenvolvida em várias direções ao longo das últimas três décadas. Penso em uma ampliação epistemológica que nos permita incluir nos campos observáveis aqueles que foram postos nas margens da história da antropologia, pois percebemos que é ultrapassando os limites política e historicamente impostos a nossa formação que poderemos conceber uma disciplina conectada com propostas mais heterodoxas, transnacionais e plurais que nos ajudem a responder às questões que nos são apresentadas na contemporaneidade.

A expansão que evidenciamos nos últimos anos do campo da antropologia no Brasil deve nos motivar a questionamentos acerca dos rumos que a disciplina irá tomar. Que antropologia estaremos produzindo (e não apenas reproduzindo) nos novos programas de graduação que estão sendo implantados? Terão esses alunos e alunas um campo de observação mais amplo e um conhecimento criticamente posicionado sobre a disciplina? Conhecerão melhor a produção das demais antropologias periféricas e, especialmente a latino-americana, em comparação com os graduados em ciências sociais, já que terão quatro anos para estudar basicamente antropologia? Como disse mais acima, ainda não temos dados suficientes para

14 Devo salientar que para além do espaço dos grandes eventos acadêmicos proporcionados pela Reunião de Antropologia do Mercosul e pela Associação Latino-Americana de Antropologia temos conseguido um certo intercâmbio com a antropologia latino-americana através de um fluxo regular de alunos/as da região que buscam a formação em antropologia no Brasil. Esses alunos e alunas são atraídos não apenas pela reputação que a antropologia brasileira conquistou na América Latina, mas também pelo ensino superior em pós-graduação gratuito, algo que não existe em muitos países vizinhos. Isso tem contribuído para promover a circulação de conhecimento entre nós através de bancas de defesa de teses, envio de artigos para publicação em periódicos, etc., fazendo com que outros espaços institucionalizados também se tornem espaços de diálogo, ainda que de maneira lenta e pulverizada.

responder a estas perguntas, mas elas podem nos guiar no caminho que está sendo construído na atual fase do ensino de antropologia no Brasil.

Além de pensar nas nossas relações com os vizinhos e demais companheiros dessa possível “quinta tradição” de que fala Pina Cabral, creio que particularmente importante será observarmos qual será a dinâmica de circulação do conhecimento produzido internamente, dinâmica esta que deve estar atenta a possibilidade indesejável, mas real, de que possam ser criadas periferias dentro da periferia. Não estou com isso sugerindo que qualquer dos novos cursos de graduação ou pós-graduação, por serem novos, não teria mérito próprio e poder criativo. Muito ao contrário, creio que os novos cursos, especialmente os de graduação, têm potencial para fornecer uma formação mais apurada pela dedicação quase exclusiva que dispensarão à antropologia. Quanto às novas pós-graduações, concentradas em regiões do país que tinham poucas opções para formação de mestres e doutores, a exemplo do Nordeste, Centro-Oeste e Norte, penso que trarão enorme contribuição à disciplina pelas especificidades regionais que certamente serão incorporadas no fazer antropológico dos profissionais ali formados.

Minha inquietação é de que, a exemplo da invisibilidade que historicamente foi produzida com relação às antropologias ditas periféricas, incorramos no erro de também marginalizar um campo de conhecimento interno pela hipervalorização do cânone já estabelecido. Obviamente, não quero dizer que precisamos matar o rei para entrar no castelo, mas a posição de súdito nos coloca diante dos mesmos dilemas que aqui expomos sobre a relação centro/periferia na produção e circulação do conhecimento antropológico.

Como propõem Ribeiro e Escobar (2008: 13) só podemos entender a dominância de alguns estilos de antropologia sobre outros se a associamos a relações desiguais de poder que de fato existem na produção do conhecimento. Mesmo que uma antropologia planetária livre de hierarquias e hegemonias seja um projeto utópico, como afirma Johannes Fabian (2008), penso que por isso mesmo não devemos deixar de questionar nossa história disciplinar – e essa é uma tarefa antropológica – e buscar meios concretos para tornar nossa disciplina realmente mais inclusiva, crítica e diversa. Também Pechincha, recorrendo a Derrida, nos lembra que o mundo não é dividido entre centro e periferia, ele é assim representado e essa representação precisa ser desconstruída para que possamos pensar “o nosso lugar e o lugar de nossos objetos em relação a uma *episteme* dominante” (2006: 112, grifo no original). Para a autora, as antropologias periféricas devem desfazer a ordem antropológica do mundo e perturbar a racionalidade hegemônica, pois “a única razão de ser das antropologias periféricas é subverter essa supremacia cultural” (173).

Assim sendo, penso que como profissionais que vêm na diversidade humana a mola propulsora do seu trabalho, precisamos tornar as heterodoxias da nossa disciplina presentes e discutir as complexidades políticas da construção do conhecimento como forma de desnaturalizar estruturas de poder, posições hierárquicas e mecanismos de

invisibilidade. Deste modo, talvez não seja o caso de termos uma quinta tradição, mas de repensarmos a nossa tradição para que possamos ter uma antropologia tão múltipla quanto as realidades com as quais nos deparamos todos os dias em nosso exercício. Não resta dúvida que essa multiplicidade antropológica existe, apenas precisamos mudar nossa perspectiva para torná-la, de fato, visível.

Bibliografia

- Cardoso de Oliveira, Roberto. (1997). *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- _____. (2000). *O trabalho do antropólogo*. 2ª Ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP.
- Corrêa, Mariza. (1987). *História da antropologia no Brasil (1930-1960)*. Testemunhos Emilio Wilhems e Donald Pierson. São Paulo: Editora Vértice/Campinas: Editora da UNICAMP.
- _____. (2006). “Homenagem da Antropologia da UNICAMP à ABA: o Projeto História da Antropologia no Brasil”. En: ECKERT, Cornélia e GODOI, Emília Pietrafesa de. (2006). *Homenagens: Associação Brasileira de Antropologia 50 anos*. Blumenau: Nova Letra Gráfica e Editora.
- Debert, Guita Grin. (2004). “Formação e Ensino”. En: Trajano Filho, Wilson e Ribeiro, Gustavo Lins (orgs.). (2004). *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Associação Brasileira de Antropologia.
- Eckert, Cornélia e GODOI, Emília Pietrafesa de. (2006). *Homenagens: Associação Brasileira de Antropologia 50 anos*. Blumenau: Nova Letra Gráfica e Editora.
- Fabian, Johannes. (2008). “‘Antropologías del mundo’: interrogantes”. En: Ribeiro, Gustavo Lins e Escobar, Arturo (orgs.). *Antropologías del mundo: transformaciones disciplinarias dentro de sistemas de poder*. The Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research: CIESAS: Fundación Envión.
- Fonseca, Claudia. (2006). “Totens e xamãs na pós-graduação”. En: GROSSI, Miriam, Tassinari, Antonella e RIAL, Carmen (orgs.). *Ensino de antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras*. Blumenau: Nova Letra Gráfica e Editora.
- Fry, Peter. (2004). “Internacionalização da Disciplina”. En: Trajano Filho, Wilson e Ribeiro, Gustavo Lins (orgs.). *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Associação Brasileira de Antropologia.
- Grimson, Alejandro y Semán, Pablo. (2004). “Introducción”. En: Grimson, Alejandro, Ribeiro, Gustavo Lins y Semán, Pablo (orgs.). *La Antropología Brasileña Contemporánea: contribuciones para un diálogo latinoamericano*. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- Grossi, Miriam, Tassinari, Antonella e Rial, Carmen (orgs.) (2006). *Ensino de antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras*. Blumenau: Nova Letra Gráfica e Editora.
- Krotz, Esteban. (2005). “Anthropologies of the South: their rise, their silencing, and their characteristics”. En: *Journal of the World Anthropology Network*. N.º 1, pp. 147-159. [En línea:] <http://www.ramwan.org/e-journal> (visitada el 05 de junio de 2009).
- _____. (2006). “La diversificación de la antropología universal a partir de las antropologías del Sur”. En: *Boletín Antropológico*. Universidad de Los Andes, Mérida, año 24, N.º 66, pp. 7-20.

- Montero, Paula. (2004). “Antropologia no Brasil: tendências e debates”. En: Trajano Filho, Wilson e Ribeiro, Gustavo Lins (orgs.). *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Associação Brasileira de Antropologia.
- Pechincha, Mônica Thereza Soares. (2006). *O Brasil no discurso da antropologia nacional*. Goiânia: Cãnone Editorial.
- Peirano, Mariza. (1991). *Uma Antropologia no Plural: três experiências contemporâneas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Pina Cabral, João de. (2004). “Uma história de sucesso: a antropologia brasileira vista de longe”. En: Trajano Filho, Wilson e Ribeiro, Gustavo Lins (orgs.). *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Associação Brasileira de Antropologia.
- Ribeiro, Gustavo Lins. (2006). “Pós-imperialismo, antropologias mundiais e a tensão provincianismo metropolitano/cosmopolitismo provinciano”. En: Eckert, Cornélia e Godoi, Emília Pietrafesa de. *Homenagens: Associação Brasileira de Antropologia 50 anos*. Blumenau: Nova Letra Gráfica e Editora.
- Ribeiro, Gustavo Lins e Escobar, Arturo. (2008) *Antropologías del Mundo: transformaciones disciplinarias dentro de sistemas de poder*. The Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research: CIESAS: Fundación Envión.
- Santos, Silvio C. dos., HELM, Cecília M. V. e Teixeira, Sérgio A. (2006). *Memória da antropologia no Sul do Brasil*. Silvio Coelho dos Santos (org.). Florianópolis: Editora da UFSC, ABA.
- Serje, Margarita. (2008). “Bibliografía introductoria a las antropologías latinoamericanas”. En: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Bibliografías*. [En línea:] <http://nuevomundo.revues.org/index42783.html> (visitada el 13 de marzo de 2009).
- Trajano Filho, Wilson e Ribeiro, Gustavo Lins (orgs.) (2004). *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Associação Brasileira de Antropologia.
- Velho, Otávio. (2008). “Las pictografías de la *tristesse*: una antropología sobre la construcción de nación en el trópico y sus repercusiones”. En: Ribeiro, Gustavo Lins e Escobar, Arturo (orgs). *Antropologías del mundo: transformaciones disciplinarias dentro de sistemas de poder*. The Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research: CIESAS: Fundación Envión.

Sites dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia no Brasil

- Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN): <http://www.cchla.ufrn.br/ppgas>
- Universidade Federal da Bahia (UFBA): <http://www.ppga.ufba.br>
- Universidade Federal de Pernambuco (UFPE): <http://www.ppga.ufpe.br>
- Universidade Federal de Sergipe (UFS): <http://www.pos.ufs.br/antropologia>
- Universidade Federal do Piauí (UFPI): <http://www.ufpi.br/ppgaarq>
- Universidade Federal do Amazonas (UFAM): <http://ppgantrop.ufam.edu.br>
- Universidade de Brasília (UnB): <http://www.unb.br/ics/dan>
- Universidade Federal de Goiás (UFG): <http://www.cienciassociais.ufg.br/pos-antropologia>
- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG): <http://www.fafich.ufmg.br/antro-pos>
- Universidade Federal Fluminense (UFF): <http://www.uff.br/ppga>
- Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional (UFRJ/MN): <http://www.ppgasmuseu.etc.br>

Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (UFRJ/FCS):
<http://www.ifcs.ufrj.br/~ppgsa> - <http://www.ifcs.ufrj.br/~antropologia>

Universidade de São Paulo (USP): <http://www.fflch.usp.br/da>

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar): <http://www.ufscar.br/ppgas>

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP): <http://www.ifch.unicamp.br/pos/antropologia>

Universidade Federal do Paraná (UFPR): <http://www.antropologiasocial.ufpr.br>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): <http://www6.ufrgs.br/ppgas>

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): <http://www.pos.ufsc.br/antropologia/index.html>